

APAs: o elo fraco da proteção

Categories : [Reportagens](#)

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) foram criadas para funcionar como zonas de amortecimento – espécie de cinturão – em torno de Unidades de Conservação (UCs) integral, como os parques nacionais, por exemplo. No entanto, a prática fez delas o “elo fraco” quando se fala em proteção dos recursos naturais, opina o biólogo Reuber Brandão, coordenador do [Laboratório de Fauna e Unidades de Conservação](#), da Universidade de Brasília (UnB).

A APA é uma das sete categorias de uso sustentável no [Sistema Nacional de Unidades de Conservação \(SNUC\)](#), definido na [Lei nº 9.985/2000](#). O SNUC reúne o conjunto de UCs federais, estaduais e municipais com objetivos específicos e diferenciados quanto à forma de proteção e seus usos permitidos. Pela lei, uma APA pode ser de terras públicas ou privadas.

“Elas são muito permissivas e acabam se tornando apenas uma UC de papel”, disse ao **Blog do Observatório de UCs**. “A maior parte delas não tem administração eficiente, conselho gestor ou chefe nomeado e não contam com plano de manejo que deve estabelecer o zoneamento. Isso enfraquece seu papel no controle da ocupação do território”, argumenta.

Segundo Brandão, as Áreas de Proteção Ambiental perdem sua funcionalidade por serem ineficientes na hora de conter o avanço de atividades que degradam o meio ambiente. Até indústrias podem ser instaladas, algo que só depende do seu órgão gestor.

As APAs podem ser, de fato, efetivas, quando conseguem estabelecer zonas de vida silvestre e áreas voltadas para a manutenção da paisagem natural. Brandão observa que, quando há um envolvimento da comunidade no Conselho Gestor, é possível que o planejamento da UC seja melhor.

“Mas não conheço bons exemplos. Apenas o Distrito Federal tem, pelo menos, cinco APAs e nenhuma delas conseguiu limitar a criação de novos bairros. Os conselhos gestores acabam sendo loteados entre órgãos governamentais e setores da sociedade que não têm interesse na conservação”, reclama.

Imbróglio na Chapada

Um caso na Chapada dos Veadeiros, em Goiás, ilustra bem a situação. O imbróglio tem tomado conta da [APA do Pouso Alto](#), uma UC estadual em Goiás. A APA engloba Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João da Aliança e Teresina de Goiás.

Criada por meio do [Decreto Estadual nº 5.419](#), em 2001, a Área Protegida tem 872 mil hectares e,

por estar no bioma Cerrado, é considerada um *hotspot*. Isto é, uma área prioritária para conservação rica em biodiversidade, porém ameaçada.

O problema é a aprovação do plano de manejo que está em discussão desde 2005. “A versão mais recente sofreu manipulação de um grupo que domina o Conselho Consultivo e é comprometido com interesses da agroindústria. O grupo propõe pontos que podem causar ameaças irreversíveis”, explicou Marcus Saboya, da *ONG Rede de Integração Verde* ao **Blog do Observatório**. Saboya integra o Conselho Consultivo como representante da sociedade civil.

O ambientalista define a situação como “uma queda de braço” entre grupos econômicos e segmentos ambientais. As grandes pressões sobre a APA são a agricultura industrial de soja e milho, além do plantio de eucaliptos, cultivo de transgênicos e uso intensivo de agrotóxico.

A versão do plano de manejo que espera ser votada prevê a facilidade de desmatamento de 100 hectares em áreas mais sensíveis sem a necessidade de estudos, “uma licença praticamente automática”, criticou. “A APA ficaria a mercê do código florestal estadual de Goiás que virou um corredor da soja. Será permitida a pulverização aérea de agrotóxicos dentro da APA. Com o tempo, irá contaminar as nascentes”.

Outra preocupação para o ambientalista é proteger os campos de altitude acima de 1.200 metros. “Estamos sem nenhuma proteção dessas regiões de nascentes”, reclamou.

A esperança, anunciou Saboya, é a interferência do Ministério Público, que pediu vistas da documentação para verificar a legitimidade e legalidade do Conselho Consultivo e da Procuradoria Geral da República, que já instaurou inquérito civil público para acompanhar o processo.

Na opinião de Reuber Brandão, o estado de Goiás tem uma “mentalidade ruralista” tendo a Chapada dos Veadeiros como a última fronteira dos grandes empreendimentos agrícolas.

“É um perfil vândalo de degradação e não de desenvolvimentista dessa APA. Este padrão de uso dos recursos naturais já colocou várias UCs de Goiás em estado de calamidade”, denunciou.

Este texto é [original do blog Observatório de UCs](#), republicado em **O Eco através de um acordo de conteúdo.*

Leia também

[Calha Norte: 2 milhões de hectares de florestas e uma nova economia no horizonte](#)

[Caatinga: o desafio de criar uma reserva privada](#)